

Comunicado de imprensa: Trabalhadoras da Cofaco devem manter vínculo à empresa para manter salário e tempo de serviço

O parlamento aprovou ontem um projeto de resolução do Bloco de Esquerda que recomenda ao Governo Regional que desenvolva esforços para garantir que todas as trabalhadoras e trabalhadores da fábrica da Cofaco no Pico mantêm o vínculo à empresa, mantendo, assim, não só o seu posto de trabalho, como o atual salário e a contabilização dos anos de serviço.

Na apresentação da proposta, o deputado António Lima salientou que os apoios públicos que serão concedidos para a futura fábrica da Cofaco no Pico “têm de servir para garantir a manutenção dos postos de trabalho e não para o despedimento”.

O deputado do BE considera que o anunciado despedimento coletivo revela “a mais profunda insensibilidade social e desprezo pelos valores do trabalho e, principalmente, pelas pessoas que, durante tantos anos, deram tudo o que tinham para o desenvolvimento daquela unidade fabril”.

“A Cofaco não tem qualquer pejo em apagar todo o passado de trabalho, as carreiras de 180 pessoas, mandando-as para o pesadelo do desemprego apenas para ir sacar uns milhões à Região”, disse António Lima, que salienta que a empresa devia “manter os postos de trabalho enquanto constrói a nova fábrica, recorrendo aos mecanismos legais existentes relacionados com a modernização tecnológica de uma unidade produtiva”.

“Ou será que não haverá fábrica nenhuma e a tentativa de fazer passar essa ideia serve apenas para tentar que os ânimos não se incendeiem?”, questiona o deputado.

Recorde-se que a Cofaco beneficiou de muitos milhões de euros de apoios públicos ao longo dos últimos anos, e isso tem que ser garantia de criação e manutenção de emprego digno, e não pode ser utilizado para criar desemprego.

Igualmente inaceitável tem sido a postura do Governo Regional, que, não só ignorou os alertas feitos pelo BE, em maio de 2017, para o possível encerramento da fábrica, como agora tem feito um “malabarismo trapalhão para defender a empresa e as suas opções em vez de defender os trabalhadores e os seus direitos”.

Horta, 19 de janeiro de 2018
